

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/28031	36432/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

- Considerando que o Exército Português, por via do Regimento de Cavalaria n.º 6, tem como missão garantir a prontidão e eficácia da componente terrestre das Forças Armadas, através da geração, preparação, aprontamento e sustentação das forças, para participar na defesa militar da República e contribuir para a defesa coletiva e para a segurança cooperativa, para a proteção e bem-estar das populações e para a salvaguarda do património nacional;
- Considerando que o picadeiro do Regimento de Cavalaria n.º 6, unidade do Exército aquartelada em Braga, constitui um espaço relevante de uso público e institucional — acolhendo desde atividades de formação, equitação, equitação terapêutica, até visitas escolares e eventos comunitários — cujo bom estado contribui para a valorização social e patrimonial da cidade;
- Considerando que o RC6 desempenha um papel importante no apoio civil à população e que já tem historial de colaboração com o Município de Braga em operações de vigilância e proteção civil, reforçando a sua função de apoio à comunidade;
- Considerando que a necessária intervenção no piso do picadeiro reforçará as condições de utilização por parte da comunidade escolar, instituições locais e para fins de divulgação do serviço militar, beneficiando, portanto, o interesse geral;
- Considerando que, o picadeiro, enquanto espaço de treino contínuo e de utilização institucional, carece de condições adequadas de segurança, conforto e salubridade — aspetos cuja correta manutenção previne lesões em cavalos e cavaleiros, assegura a



integridade física dos utilizadores e prolonga a vida útil da infraestrutura — sendo imperativo proceder à substituição do piso atual por uma solução que assegure absorção de impacto, redução de poeiras e durabilidade técnica, em conformidade com as melhores práticas do setor equestre;

6. Considerando que o RC6 solicitou a colaboração deste Município com vista à troca do piso do picadeiro, no quadro de parceria institucional entre as partes, visando a otimização de recursos e a salvaguarda dos interesses de ambas as entidades;

7. Considerando que o Município de Braga, nos termos do n.º 1 e das alíneas f), g) e j) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tem por atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio dos tempos livres e desporto, da saúde e proteção civil;

8. Considerando que «*Compete à câmara municipal colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central*» - cfr. alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL;

9. Considerando que se justifica, face ao relevante interesse público, a colaboração do Município para a realização da obra de troca de piso do picadeiro;

PROPÕE-SE da alínea r) do número 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua versão atualizada

PROponho QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL, ao abrigo das atribuições constantes das alíneas f), g) e j) do n.º 2 do artigo 23.º, e da competência conferida pelo artigo 33.º, n.º 1, alínea r), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, DELIBERE APROVAR, a minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação com o Exército Português que se anexa à presente proposta

Anexos:

1. Minuta do **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO COM O EXÉRCITO PORTUGUÊS**

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROPOSTA

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO COM O EXÉRCITO PORTUGUÊS

1. Considerando que o Exército Português, por via do Regimento de Cavalaria n.º 6, tem como missão garantir a prontidão e eficácia da componente terrestre das Forças Armadas, através da geração, preparação, aprontamento e sustentação das forças, para participar na defesa militar da República e contribuir para a defesa coletiva e para a segurança cooperativa, para a proteção e bem-estar das populações e para a salvaguarda do património nacional;
2. Considerando que o picadeiro do Regimento de Cavalaria n.º 6, unidade do Exército aquartelada em Braga, constitui um espaço relevante de uso público e institucional — acolhendo desde atividades de formação, equitação, equitação terapêutica, até visitas escolares e eventos comunitários — cujo bom estado contribui para a valorização social e patrimonial da cidade;
3. Considerando que o RC6 desempenha um papel importante no apoio civil à população e que já tem historial de colaboração com o Município de Braga em operações de vigilância e proteção civil, reforçando a sua função de apoio à comunidade;
4. Considerando que a necessária intervenção no piso do picadeiro reforçará as condições de utilização por parte da comunidade escolar, instituições locais e para fins de divulgação do serviço militar, beneficiando, portanto, o interesse geral;
5. Considerando que, o picadeiro, enquanto espaço de treino contínuo e de utilização institucional, carece de condições adequadas de segurança, conforto e salubridade — aspetos cuja correta manutenção previne lesões em cavalos e cavaleiros, assegura a integridade física dos utilizadores e prolonga a vida útil da infraestrutura — sendo imperativo proceder à substituição do piso atual por uma solução que assegure absorção de impacto, redução de poeiras e durabilidade técnica, em conformidade com as melhores práticas do setor equestre;
6. Considerando que o RC6 solicitou a colaboração deste Município com vista à troca do piso do picadeiro, no quadro de parceria institucional entre as partes, visando a otimização de recursos e a salvaguarda dos interesses de ambas as entidades;
7. Considerando que o Município de Braga, nos termos do n.º 1 e das alíneas f), g) e j) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tem por atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio dos tempos livres e desporto, da saúde e proteção civil;

8. Considerando que «*Compete à câmara municipal colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central*» - cfr. alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL;
9. Considerando que se justifica, face ao relevante interesse público, a colaboração do Município para a realização da obra de troca de piso do picadeiro;

Entre

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público número 506 901 173, com sede na Praça Municipal, da cidade de Braga, representado pelo Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes legais para representação neste ato nos termos da alínea f) do n.º 2 e da alínea a) do n.º 1, ambos do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **Primeiro Outorgante**.

E

EXÉRCITO PORTUGUÊS, COM O NIF 600021610, **ATRAVÉS DO REGIMENTO DE CAVALARIA N.º 6 (RC6)**, representado neste ato pelo Comandante do Regimento de Cavalaria, n.º 6, Coronel de Cavalaria, JOSÉ PEDRO MATALOTO, doravante designado por **Segundo Outorgante**

Nos termos da deliberação da Câmara Municipal de Braga de de setembro de 2025, da alínea c) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos e da alínea r) do número 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua versão atualizada, é celebrado o presente contrato, recíproca, livremente e de boa-fé, nos termos e sob as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA **(OBJETO)**

Através do presente contrato as partes estabelecem as formas de cooperação entre si, tendo em vista a realização de uma obra para a troca de piso do picadeiro existente no Regimento de Cavalaria n.º 6.

CLÁUSULA SEGUNDA **(OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO OUTORGANTE)**

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante uma participação financeira, equivalente a 50% do valor total da despesa com a troca do piso do picadeiro, num montante máximo de 7.991,44€ (sete mil novecentos e noventa e um euros e quarenta e quatro

cêntimos), a qual será paga até trinta dias após a assinatura do presente contrato, mediante entrega dos documentos que titulem a despesa.

2. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número anterior poderá ser aumentada em função do aumento das despesas havidas com a realização da obra.
3. Em caso algum o Município de Braga comparticipará em indemnizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo RC6, em virtude da concretização do objeto do presente contrato.
4. Nenhuma outra obrigação pode ser imputada ao Município sem acordo escrito de ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA **(OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO OUTORGANTE)**

Para a prossecução do objeto do presente Contrato, o RC6 obriga-se perante o Município a:

- a) Afetar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes da Cláusula Primeira;
- b) Garantir que as despesas financiadas pelo Município não são objeto de duplo financiamento;
- c) Estabelecer uma parceria com o Centro Municipal de Desporto Adaptado;
- d) Assegurar a cedência do picadeiro para a realização de eventos desportivos promovidos pelo Município ou parceiros;
- e) Disponibilizar a pista para provas de corta-mato;
- f) Colaborar em outras iniciativas pontuais de interesse municipal, a definir em articulação entre as partes;
- g) Apresentar cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o objeto do contrato;
- h) Aceitar o acompanhamento e controlo de execução do presente contrato, por parte do Município, facultando-lhe para o efeito, quando tal lhe seja solicitado, todos os esclarecimentos.

CLÁUSULA QUARTA **(COLABORAÇÃO ENTRE AS PARTES)**

As partes comprometem-se a assegurar uma estreita colaboração com vista ao mais correto acompanhamento do presente contrato e em particular, a assegurar princípios de boa gestão financeira, bem como assegurar a disponibilização dos espaços mencionados na cláusula terceira, com vista à realização das atividades de interesse municipal.

CLÁUSULA QUINTA
(ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E FISCALIZAÇÃO)

O acompanhamento da execução do presente contrato será efetuado por representantes designados por cada um dos outorgantes que assegurarão a articulação operacional necessária.

CLÁUSULA SEXTA
GESTOR DO CONTRATO

Ficam designados, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, como gestor do contrato do Município de Braga:

Nome: Ana Vinhas, Departamento de Cidadania e Qualidade de Vida

E-mail: ana.vinhas@cm-braga.pt

CLÁUSULA SÉTIMA
(REVISÃO DO CONTRATO)

1. Os termos do presente Contrato podem ser revistos por reformulação das competências da Administração Local previstos na legislação em vigor na matéria ou por iniciativa de uma das partes contraentes mediante acordo escrito entre as partes.
2. Quaisquer alterações, aditamentos ou exclusões ao mencionado no presente Contrato são efetuadas por escrito por adenda ao presente, passando a fazer parte integrante do mesmo, subscrita por ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA
(INCUMPRIMENTO)

1. O incumprimento de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato constitui motivo para a rescisão por qualquer um dos Outorgantes, mediante notificação escrita ao outro Outorgante.
2. O incumprimento do presente contrato ou o desvio dos seus objetivos, constitui justa causa de rescisão e implica a restituição dos recursos disponibilizados.

**CLÁUSULA OITAVA
(COMUNICAÇÕES)**

1. No âmbito de execução do presente contrato, as informações e comunicações entre os outorgantes são realizadas por via postal registada, considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.
2. Todas as comunicações relativas a este contrato deverão ser dirigidas para as moradas acima identificadas comprometendo-se as partes, desde já, a comunicar qualquer alteração às mesmas.

**CLÁUSULA NONA
OMISSÕES**

Os casos omissos ou dúvidas resultantes do presente clausulado serão resolvidos mediante acordo entre as duas partes, à luz do disposto neste contrato e do disposto nas normas do Código Regulamentar do Município de Braga, bem como da demais legislação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA
(LEI APLICÁVEL)**

As relações contratuais jurídico-administrativas emergentes do presente Contrato são aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições constantes dos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos bem como, supletivamente, as disposições do Código Regulamentar do Município de Braga.

Assim o disseram e outorgaram em dois exemplares de igual conteúdo e valor, ficando cada um dos outorgantes na posse de um deles.

Braga, ... dias do mês de setembro de 2025.

Pelo Primeiro Outorgante,

Pelo Segundo Outorgante,